

## NOTA DO EDITOR

---

*The ancient Greeks had a culture of the spoken word. The use of logos, Aristoteles writes, 'belongs to man more than the use of the body' [...]. The spoken word was everywhere: in the theatre, in the assembly, in ritual settings. Experiences that are normally silent for us were normally vocal for a Greek, at least in the archaic, and classical periods. We usually enjoy poetry in privacy, in solitude; the Greeks enjoyed poetry in performance, as collective audiences rather than as individuals. We read more, they heard more. Reading itself was a vocal act. So were praying and mourning.*

Silvia Montiglio,  
*Silence in the Land of Logos*<sup>1</sup>

Numa época de crise da linguagem pública, iniciamos este número de **Interacções** com um artigo de José Carlos Vasconcelos e Sá, combinando uma reflexão sobre a história da retórica com os argumentos canónicos de Hannah Arendt e Jürgen Habermas, sobre o estatuto da linguagem na construção de um espaço público na democracia. A democracia é um acto vocal. Silvia Montiglio explica que a cultura grega antiga, que era intrinsecamente logocêntrica, constituía o próprio silêncio como uma dimensão da palavra falada, uma técnica de persuasão orientada para a promoção das possibilidades públicas da linguagem. O mundo académico está a sair hoje de cerca de trinta anos de uma militante crítica do logocentrismo que pretendeu articular a desmistificação dos usos transcendentalistas da linguagem, com a explicação da linguagem como o sentido da actividade humana, segundo os adágios de que 'não há realidade fora do texto' ou 'a cul-

---

<sup>1</sup> Silvia Montiglio, *Silence in the Land of Logos*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2000, p.3.

tura é um texto'. Na verdade, este anti-logocentrismo pode ser hoje reavaliado menos como uma preocupação transformativa, com o pensamento de uma nova comunidade pública, do que a expressão de uma persistente identificação da academia com a sua própria mística da palavra escrita. O resultado, no momento actual, é a dificuldade do discurso académico em participar, como uma verdadeira força cívica, no novo activismo do logos democrático, como o direito de falar e persuadir numa cultura de liberdade, e num tempo em que novas capacidades de linguagem pública dependem da rápida difusão de novas lógicas e tecnologias de comunicação.

Esta dinâmica encontra ressonância no artigo de Inês Amaral acerca da influência da cultura electrónica no crescimento da diversidade, em relação ao uso da escrita e da leitura. O artigo é particularmente orientado para a emergência do ciberjornalismo, numa cultura pós-mass media, em que as pessoas não apenas recebem a informação, mas o próprio indivíduo personaliza e digitaliza a informação, simultaneamente como receptor e emissor. Neste sentido, o que está em causa hoje não é uma dicotomia entre público e privado, palavra falada e palavra escrita, texto e imagem, mas um sentido de linguagem pública que, fundamentalmente, depende da capacidade de criação e autoria da diferença e da apropriação democrática da informação e da tecnologia.

As novas capacidades para a linguagem encontram-se inerentemente relacionadas com o facto de que o conhecimento e as ideias são a mercadoria da economia pós-industrial. Neste sentido, Vasco Almeida aborda a economia do conhecimento, do ponto de vista do terceiro sector, considerando que, numa época de liberalização, a economia social desempenha, todavia, um importante apoio na disseminação do conhecimento e da comercialização das ideias.

Seguidamente, numa erudita retrospectiva histórica, Filipe Nunes Vicente apresenta o processo pelo qual o Oriente foi sendo identificado com o ópio e as drogas. Desta forma, a instalação de uma mentalidade proibicionista, no período moderno, é articulada com as contradições na mentalidade orientalista que, simultaneamente, critica o Oriente, mas tem o Oriente como uma espécie de reserva para os valores alternativos na cultura ocidental.

E a cultura ocidental, hoje ostensivamente celebratória dos valores da juventude e da vida jovem, é, porém, fortemente marcada pelo envelhecimento da população. Fernanda Daniel explora o problema do lugar da velhice, na nossa sociedade, abordando a relação entre espaço e velhice. A paisagem distópica dos lares de idosos em Portu-

gal é o contexto para a análise do quarto do idoso institucionalizado num lar. A autora denuncia a situação desolada, em que o quarto é o último lugar no mundo, para um idoso que perdeu o seu espaço no mundo. A mudança reside na experiência da velhice como o lugar último na capacidade da afirmação da identidade, e do reconhecimento do lugar das pessoas numa sociedade de direitos iguais.

A partir deste número, deixamos de publicar o COURIER - Notícias e Informações do ISMT, na última página da revista, porque agora o Instituto Superior Miguel Torga dispõe de um boletim próprio, *Torga*, com informação substantiva da actividade e da vida produtiva da instituição.